

# “AFORMOSEAMENTO” DA CIDADE: A NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MANAUS NO FINAL DO SÉCULO XIX

“AFORMOSEAMENTO” OF THE CITY: THE  
NORMALIZATION OF THE URBAN SPACE OF MANAUS IN  
THE LATE NINETEENTH CENTURY

GEISIMARA SOARES MATOS\*

**Resumo:** Nosso artigo objetiva analisar as políticas públicas de embelezamento de Manaus tendo, como fontes principais, uma mensagem de governador de 1893 em que Eduardo Ribeiro apresenta algumas de suas propostas de obras a serem feitas durante seu mandato, como também expõe em anexo um relatório do inspetor de higiene interino. Além disso, usaremos o Código de Posturas Municipais de Manaus do mesmo ano. Acreditamos que as discussões podem nos dar um panorama das políticas públicas para a normatização e controle higiênico do espaço público de Manaus, desmistificando assim o argumento de que o plano de embelezamento de Manaus esteve restrito ao centro da cidade e às obras monumentais. Ou seja, o que queremos mostrar é que esse plano de modernização de Manaus estava estritamente ligado a uma política de saneamento.

**Palavras chave:** Manaus, *belle époque*, cidade.

**Abstract:** Our article aims to analyze the public policies of beautification of Manaus having, as main sources, a message of governor of 1893 in which Eduardo Ribeiro presents some of his proposals of works to be done during his mandate, but also it presents an annex of a report of the interim's hygiene inspector. In addition, we will use the Code of Municipal Postures of Manaus that same year. We believe that the discussions can give us an overview of the public policies for the hygienic regulation and control of the public space of Manaus, thus

---

*Artigo recebido em 19 de agosto de 2017 e aprovado em 10 de outubro de 2017.*

\* Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista CAPES. (Email: geisimara.soaresmatos@gmail.com)

demystifying that the plan of beautification of Manaus was restricted to the center of the city and the monumental works. That is, what we want to show is that the modernization plan of Manaus was strictly linked to a sanitation policy.

**Keywords:** Manaus, *belle époque*, city

Era 19 de dezembro de 1892, uma segunda-feira na cidade de Manaus, o jornal *Operario*, periódico dos tipógrafos da cidade, publicou a nota abaixo intitulada “Limpeza publica”:

Não pode ser mais deplorável o estado a que chegou nossa capital. Nunca, em época alguma, nem mesmo nas mais precárias e calamitosas, a população de Manáos se viu cercada tanta immundice, de tanta lama, de tanta podridão e de tão grande quantidade de lixo.<sup>1</sup>

Em suas linhas, era denunciada a situação deplorável em que se encontrava a capital do estado. O tom crítico da nota se acentua e a contratante de limpeza pública passa a ser acusada de não cumprir com seus serviços e de “sentar-se com insaciável apetite na mesa do orçamento municipal”. Ainda no jornal *Operario*, somos levados a saber mais detalhes sobre a cidade de Manaus naquele final de ano:

[...] o que se ve são ruas asquerosas e pestilentas, montes de lixo, montanhas de matto e de capim, lagos de lama, grandes depósitos de areia e os tijuco obstruindo as sarjetas de todas as ruas, ehxalando miasmas deletereos, envenenando a atmosfera e difficultando o transito dos viaudantes.<sup>2</sup>

Como podemos perceber com essa nota do jornal *Operario*, a cidade de Manaus naquele período precisava de uma atenção especial em suas vias, higiene e qualidade de vida. Antes dessa denúncia, outro jornal, o *Diário de Manaos*, em fevereiro do mesmo ano, também denunciava o estado deplorável em que se encontrava a capital do estado:

[...] no referente ao aceio das ruas e praças, à limpeza dos numerosos igarapés que a atravessam, e a carência de certas commodidades para o transito publico, entre as

---

<sup>1</sup> Jornal *Operario*, Manaus, nº 2, 19 de dezembro de 1892.

<sup>2</sup> Jornal *Operario*, Manaus, nº 2, 19 de dezembro de 1892.

quaes avultam principalmente a construção de pontilhões em varias passagens dos ditos igarapés e concertos indispensáveis em algumas pontes que já existem.<sup>3</sup>

Era denunciada a falta de calçamento das ruas ou as mesmas com calçadas mal feitas que, por conta do período de chuvas, achavam-se, muitas vezes, com grandes poças que dificultavam a passagem dos pedestres. O lixo era outra pauta importante nessa nota - assim como na nota do jornal operário referenciado acima - já que o mesmo era despejado pelos próprios moradores sem nenhum tipo de critério, conseqüentemente, incomodando o olfato e a vista dos pedestres que passavam pelas ruas. Ainda segundo o jornal, as praças transformavam-se “em magnifico campo onde os proprietários de cocheiras e estábulos mandam apascentar os seus gados”. As construções irregulares também sofriam críticas:

construções deffeitosissimas sob todas as relações, velhos pardieiros de taipas, que os seus proprietários, tendo unicamente em mira os pingues alugueis que hão de pagar os inquilinos, procuram amparar de imminente ruina com paredes de tijolos de uma só feira, as quaes nem alteram a architectura, nem lhe agumentam as condições de salubridade num clima como o nosso em que a hygiene deve ser em tudo observada.<sup>4</sup>

Meses após essas denúncias, Eduardo Gonçalves Ribeiro, em mensagem lida ao congresso em 10 de julho de 1893, dizia: “A salubridade publica mantem-se actualmente em condições favoráveis em todo o Estado [...]”. Apesar dessa declaração, o então governador traçara um grande plano de embelezamento da cidade de Manaus, que implicaria normatizar os espaços públicos, e conferir uma atenção especial à higiene e saúde no estado.

Diante das denúncias nos jornais e à mensagem proferida por Eduardo Ribeiro meses depois, somos levados a nos questionar: a salubridade pública estava em condições favoráveis para quem? O plano de modernização da cidade de Manaus atendia as demandas da população ou consistia em mais um plano em que os pobres não tinham vez? Esse plano de embelezamento restringia-se ao centro da cidade? E, porque esse plano de normatização do espaço da cidade implicava distanciar-se de uma origem indígena ligada à natureza?

---

<sup>3</sup> Jornal *Diario de Manaós*, Manaus, nº 179, 12 de fevereiro de 1892.

<sup>4</sup> Jornal *Diario de Manaós*, Manaus, nº 179, 12 de fevereiro de 1892.

## Manaus pra gringo ver?

Eduardo Gonçalves Ribeiro<sup>5</sup>, que assumira o cargo de governador do Amazonas em março de 1892, depois de diversos embates políticos, teve sua figura ligada a uma administração responsável pelas obras de intervenção urbana, edificações suntuosas, e pela ênfase na modernidade urbana. Exemplos como o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, reservatório do Mocó, a ponte Benjamin Constant, entre tantas outras edificações, são registradas e conhecidas na história do Amazonas como sendo obras importantes oriundas de seu governo. Sobre isso, Mário Ypiranga Monteiro nos diz que “tornou-se lugar comum admitir-se que tudo quanto Manaus possui de bonito e moderno foi ligado ao governador Eduardo Ribeiro.”<sup>6</sup>

Esse discurso é longevo na memória histórica amazonense, fato que permitiu que se construísse em torno dele a imagem de herói que todos os amazonenses conhecem e perpetuam. Sobre sua administração, Agnello Bittencourt é enfático: “com aquele espírito de iniciativa a realização de Eduardo Ribeiro, foi fácil, em 4 anos, transformar a grande aldeia que era Manaus, na cidade moderna que passou a ser”.<sup>7</sup> Muito longe de querer reafirmar essa memória, pensamos que cabe questionar que condições sociais, culturais e principalmente econômicas propiciaram esse processo de intervenção urbana?

Havia um projeto de modernização de Manaus, não há como negar, mas é importante destacar que esse plano só foi possível pelo período de crescimento econômico pelo qual o estado passava, tendo em vista a grande arrecadação de impostos com a borracha que era exportada. Por outro lado, o Congresso apoiava Eduardo Ribeiro, o que fez com que vários de seus projetos fossem aprovados e assim pudessem receber financiamento.

Muitas dessas obras realizadas por Ribeiro concentraram-se no centro de Manaus, sem dúvidas, com o intuito de embelezamento e normatização dessa região. Mas, como bem pontuado por Otoni Mesquita em importante trabalho sobre o processo de redefinição do espaço urbano de Manaus no final do século XIX, sabemos que:

---

<sup>5</sup> Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu em São Luís-Maranhão em 18 de setembro de 1862. Homem negro e de origem humilde conseguiu finalizar os estudos no Maranhão onde também fundou o jornal *O Pensador* juntamente com figuras como a de Aluísio de Azevedo. Em 1881, parte para o Rio de Janeiro para estudar na Escola Militar, já bacharel em “mathematica e ciencias physicas” chega a Manaus onde assume vários cargos de prestígio. Depois de diversos embates políticos assume o governo do Amazonas algumas vezes em caráter provisório até conseguir se consolidar no cargo entre 1892 e 1896. Figura importante para a História do Amazonas do final do século XIX, a vida de Eduardo Ribeiro é permeada de inconstâncias e disputas políticas. Ribeiro suicidou-se em Manaus em 14 de outubro de 1900.

<sup>6</sup> MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Governo do Estado do Amazonas. Manaus. 1990. p. 95.

<sup>7</sup> BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. 1973. p. 196

As ações do projeto não estavam limitadas ao centro histórico tradicional, nem se restringia à construção de palácios e praças, se expandia pelos arrabaldes da cidade e incluía obras de infra estrutura. Além desses aspectos, o embelezamento da cidade mantinha-se integrado à política de saneamento e de imigração. Buscava-se promover a ordenação e a segurança dos espaços públicos como propaganda para trazer a mão de obra e garantir a qualidade de vida da população.<sup>8</sup>

Além disso, o final do século XIX marcava o que se convencionou chamar de *Belle Époque*, período em que a preocupação com o moderno e em aproximar-se do modelo europeu estava em voga, o que significava pensar uma gama de novas relações culturais e sociais, e em uma nova relação dos cidadãos com o espaço urbano. Claro que estudar esse período significa reconhecer um novo processo de linguagem, de estética, e de dinâmica intelectual e social que nos possibilita pensar esses códigos e valores como um “teatro da civilização”.<sup>9</sup>

Dirigir o olhar para a *Belle Époque* amazônica implica pensar os diversos espaços em que ela se construiu seja em Manaus, Belém ou Santarém – dentro de uma lógica regional, colocando assim em xeque análises consolidadas sobre esse período, e em evidência perspectivas, novos agentes e as apropriações que essas pessoas fizeram do novo diálogo com o cultural, político e social que emergia e que colocaria suas vivências e modos de vida em questão.<sup>10</sup>

Assim, deixaremos um pouco de lado as análises sobre as possibilidades artísticas que a *Belle Époque* ensejou, seja na música, na literatura, na moda, e vamos partir para um olhar mais detido sobre as possibilidades do espaço físico da cidade de Manaus nesse momento, em que sobressai a ideia de cidade higiênica, limpa e, claro, o “encobrimento da pobreza e da mendicância, a sociabilidade mundana”.<sup>11</sup>

A historiografia amazonense durante o século XX procurou construir a imagem de Manaus em cima de uma memória muito difundida desde o final do século XIX, em que a cidade seria a tal “Paris dos trópicos”. A preocupação dessa produção historiográfica era de mostrar como a capital amazonense havia se modernizado na virada do século em consequência

---

<sup>8</sup> MESQUITA, Otoni. *La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. Tese de Doutorado em História apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. p. 210

<sup>9</sup> COELHO, Geraldo Martires. *Na Belém da Belle Époque da borracha (1890-1910): dirigindo olhares*. Revista Escritos, Ano 5, nº5. 2011. p. 141

<sup>10</sup> Idem. p.141-142.

<sup>11</sup> Idem, p. 145

da grande exportação da borracha. Assim, essa história procurava afastar-se do imaginário selvagem conferido à Amazônia.

Só muito mais recentemente essa produção vem se modificando e pensando a cidade em suas diversas interações e relações com as pessoas, com o espaço urbano e, principalmente, colocando os trabalhadores e trabalhadoras como protagonistas dessa história. Assim, voltando seu olhar para novos agentes, a historiografia amazonense começou a refletir mais detidamente sobre o processo de urbanização da cidade.

Essas mudanças historiográficas nos possibilitam pensar a cidade de Manaus associada à ideia de modernidade, já que, a partir do século XIX, as questões urbanas passam a ser problematizadas e pensadas mais detidamente, como uma forma de orientar a vivência nas cidades. Para Bresciani, em seu artigo *“Permanência e ruptura no estudo das cidades”*, é no decorrer da segunda metade do século XIX, com as políticas de intervenção urbana, que se torna possível pensar “as cidades existentes na sua totalidade abrindo espaço para a formação do urbanismo”.<sup>12</sup> Nesse sentido, a autora aponta cinco chaves conceituais que nos possibilitam pensar as cidades, a partir do século XIX: 1) questões técnicas, 2) questões sociais, 3) a formação de novas identidades sociais, 4) novas sensibilidades e 5) a que pensa a cidade como sinônimo de progresso.

Para este artigo procuraremos trabalhar com as duas primeiras chaves conceituais apresentadas por Bresciani, chaves estas que procuram desvendar “a cidade enquanto questão técnica, conjugando o olhar do médico com o saber do engenheiro na observação/transformação do meio ambiente”.<sup>13</sup> Além disso, as fontes jornalísticas nos darão um aprofundamento do que se discutia na sociedade em geral sobre o espaço da cidade.

Assim, essa cidade que se procura construir moderna impõe a questão técnica afim de “avaliar a materialidade da teia urbana, projetando soluções para uma cidade ideal no espaço utópico”. Essas preocupações começam a surgir nas primeiras décadas do século XIX, momento em que “a cidade moderna passa a ser vista em sua singularidade como um microcosmo representativo da sociedade, ao mesmo tempo objeto de observação e laboratório para exercício de políticas que interferem e modificam sua estrutura enquanto meio ambiente.” Ancorado a isso, esse movimento técnico passa a existir também pela preocupação com os

---

<sup>12</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A. e GOMES, M. A. A. de F. (Orgs.). *Cidade e História. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA-FAU, Anpur, 1992. p. 12

<sup>13</sup> *Idem*. p. 12

corpos doentes que passam a ocupar os espaços das cidades, e é por isso que “a questão urbana nasce junto com a questão sanitária”.<sup>14</sup>

Sendo assim, este artigo objetiva analisar as políticas públicas de embelezamento de Manaus, tendo como fontes principais uma mensagem do governador, datada de 1893, em que Eduardo Ribeiro apresenta algumas de suas propostas de obras a serem feitas durante seu mandato, como também expõe em anexo um relatório do inspetor de higiene interino. Naquele ano, além da citada mensagem e relatório, é publicado o Código de Posturas Municipais<sup>15</sup> de Manaus. Acreditamos que essas duas fontes possam nos dar algumas respostas interessantes das intenções e políticas públicas para a modernização e controle higiênico do espaço público de Manaus. Além disso, ao utilizar o código de posturas neste artigo, poderemos perceber que as investidas para urbanização e controle da cidade iam além do que se acredita, sendo obras restritas ao centro de Manaus e com um caráter de edificações suntuosas.

Recuperando brevemente a história do Amazonas, temos de nos remeter à pequena Vila da Barra, que desde meados do século XVIII viveu subordinada à administração da Vila de Barcelos, que era sede da Capitania de São José do Rio Negro, sendo, por fim, subordinada ao Estado do Grão-Pará, com sede em Belém. Em função das trocas comerciais que aconteciam nessa região e da eclosão do movimento cabano, essa região começa a viver, a partir de 1820, certa movimentação econômica e acabou por receber olhares mais detidos do Império Brasileiro.<sup>16</sup>

Apesar de todas essas modificações econômicas e administrativas estarem acontecendo nessa região, o espaço urbano da cidade permaneceu quase que inalterado até a década de 1880, período em que podemos observar as características urbanas se acentuando. Ancorada a essa modernização é importante que destaquemos a partir daqui a economia gomífera. Essa, muitas das vezes, é tratada superficialmente, já que é dado lugar, e maiores referências, à elite provinda da borracha. Sobre isso, Maria Luiza Ugarte, salienta:

[...] nossa memória histórica tradicional sobre a cidade de Manaus pouco mencionou, ou mesmo omitiu a dureza das condições de vida e trabalho da maior parte dos habitantes, preferindo registrar os excessos, a extravagância e o esnobismo de novos ricos da cidade, como as pouco factíveis imagens de seringalistas acendendo charutos

---

<sup>14</sup> *Idem.* p. 14

<sup>15</sup> No ano de publicação desse Código era superintendente (prefeito) de Manaus Manoel Uchôa Rodrigues.

<sup>16</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Vivências Urbanas: o cotidiano de trabalhadores na contramão dos processos de modernização de Manaus. In: Fronteiras do tempo: Revista de estudos amazônicos, v.1, nº2 – Dezembro de 2011. p. 7

com notas de mil réis, ou de famílias abastadas mandando suas roupas sujas para serem lavadas em Lisboa.<sup>17</sup>

Assim, fugindo desses estereótipos, a historiografia amazonense vem mostrando como o trabalho urbano e a economia da borracha modificaram a cidade, as relações de trabalho e a interação das pessoas “comuns” com o ambiente urbano. Ao transformar-se em ponto comercial importante, Manaus torna-se ponto responsável por abastecer os seringais com gêneros de primeira necessidade no interior do Estado e por exportar a borracha para a Europa. Com os cofres públicos cheios, o Governo Provincial tornou-se o maior empregador e possibilitou, assim, que obras de grande envergadura pudessem ser realizadas e que um contingente significativo de pessoas viesse para o espaço urbano da crescente Manaus.

Otoni Mesquita, em seu importante trabalho *La Belle Vitrine*, sobre a reforma urbana da cidade de Manaus no período aqui analisado, nos diz que:

Naquele momento, a imagem de uma cidade urbanizada e embelezada atendia às aspirações de uma elite ávida por demonstrar seu status perante a situação de prosperidade iniciada algumas décadas antes. A configuração da cidade fora definida pelo Plano de Embelezamento implantado na última década do século XIX e graças aos excedentes econômicos provenientes da comercialização da borracha foi possível concretizar os projetos. Assim, surgiram as obras arquitetônicas mais significativas do período, que posteriormente, viriam a se impor como referências na cidade.<sup>18</sup>

### Uma cidade formosa e limpa

Em 6 de maio de 1893 a Intendência Municipal da Capital decretava e promulgava a lei número 23 do código municipal, o conhecido “Códigos de Postura” daquele ano. Era então superintendente (cargo equivalente a prefeito) de Manaus Manoel Uchôa Rodrigues, nomeado para esse cargo por Eduardo Ribeiro. Logo nos primeiros artigos do código de posturas tomamos contato com o chamado “Aformoseamento da cidade” que de início mostra a preocupação com a reedificação e edificação de prédios e muros, como podemos observar:

---

<sup>17</sup> *Idem.* p. 8

<sup>18</sup> MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. Tese de Doutorado em História apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. p. 13



Art. 4º - Os edifícios térreos não terão menos de cinco metros de altura na parede da frente; a mesma altura terão os assobradados a contar do nível do vigamento do soalho. Art. 5º - Os sobrados do um andar terão pelo menos nove metros de altura na parede da frente, dos quais cinco para o pavimento térreo. Art. 6º - Na fachada dos edifícios a largura das portas e janelas não será inferior a 1,30 metros, a altura das portas a 3 metros e a das janelas a dois.<sup>19</sup>

Assim, traça-se uma série de parâmetros a serem respeitados por aqueles que tivessem interesse em modificar o espaço físico da cidade de Manaus. Os donos de cortiços ou casebres deveriam calçar as calçadas e conservar durante toda a noite lampiões acesos na mesma área. Além disso, os edifícios ou muros deveriam ser caiados ou pintados, incorrendo o contraventor em pagamento de multa no valor de 30\$000.

Para além da preocupação com as construções no perímetro urbano, é bem evidente nesse código de posturas a preocupação com a higiene da cidade.

Art. 27 - Os moradores das casas desta cidade são obrigados a conservar sempre limpos os passeios ou testadas das mesmas sob pena da multa de cinco mil réis ou um dia de prisão e o dobro na reincidência, além de pagarem mais a limpeza que o Fiscal mandar fazer.

As águas usadas não poderiam mais ser despejadas nas ruas, sendo assim, ficava proibido o despejo de “imundice de qualquer natureza” nas vias. Se até aquele momento ocorria a prática de despejo de líquidos de qualquer natureza aleatoriamente nas ruas, era de se esperar que outro destino fosse dado a esses dejetos: isso significava que o despejo de materiais fecais só poderia ser feito na correnteza do rio e apenas durante o intervalo de tempo de dez horas da noite às quatro da manhã “em vasos próprios para não exalar mau cheiro”.<sup>20</sup> Os proprietários de qualquer prédio deveriam mantê-los limpos caso essas exigências fossem desrespeitadas, o proprietário teria a casa demolida e ficaria sujeito a multa.

Além disso, ficava, a partir dali, proibidas, dentro do perímetro urbano, casas cobertas de palha, o que não consistia apenas como mais uma das ferramentas de normatização, mas

---

<sup>19</sup> *Código de posturas municipais de Manaus* — 1893. Manaus: Typographia do Amazonas. 1893. Apud: SAMPAIO, Patricia. (org). *Catálogo de Códigos de Postura Municipais de Manaus (1838-2002)*. Manaus. 2011. FAPEAM.

<sup>20</sup> Artigo 59 do Código de Postura municipais de Manaus de 1893.

como uma ferramenta de distanciamento de um passado a ser esquecido e modernizado. Esse tipo de moradia remete a construções tipicamente indígenas, ou seja, esse tipo de proibição tinha como objetivo apenas normatizar o espaço urbano ou impedir a circulação de indígenas pela área urbana de Manaus? Era mais um das maneiras encontradas pelos governantes de se distanciar de uma cultura indígena que naquele momento se configurava como oposto ao seu processo de modernização? Podemos dizer que isso era uma forma de branqueamento?

George Reid Andrews, em seu livro *América Afro-Latina (1800-2000)*, destaca que na virada do século XIX para o XX o branqueamento das populações afro-latinas se deu a partir da “transformação física das principais cidades da região”, que tentavam se aproximar do estilo europeu. Diante disso salienta que essas reformas urbanas “visavam não somente modernizar a estrutura das cidades; mas transformar sua composição racial e de classe”.<sup>21</sup> Sem dúvidas, eles visavam retirar a pobreza e os “selvagens”. Com isso, partimos do pressuposto de que retirar o elemento indígena, e suas práticas, do meio urbano, configurava-se como ferramenta de branqueamento da população. Ou seja, essas habitações remetiam a um passado indígena que deveria ser abolido.

Outro exemplo disso pode ser visualizado no capítulo “Ofensas à moral pública” do código de posturas. Além das proibições e multas previstas a quem ofendesse, proferisse palavras obscenas, fizesse barulhos e espalhasse escritos imorais, etc; havia um artigo que proibia “andar-se seminu ou indecentemente vestido pelas ruas, praças e estradas da cidade, sob pena de multa”. Ainda nesse sentido o artigo seguinte proibia “banhos de dia nos igarapés e litoral” da cidade “ou em qualquer lugar público sem estar a pessoa vestida de modo a não ofender a moral pública”.

Proibições nos indicam práticas. Ou seja, a partir dessas normas podemos depreender que havia uma prática recorrente na cidade de Manaus de banhos nos igarapés – inclusive tendo em vista o forte calor na região – com pouca roupa, ou sem nenhuma. Essa outra faceta nos remete também a uma prática de origem indígena, ou por que não, praticada pelos próprios indígenas na cidade. A proibição aqui, sem dúvidas, tinha como objetivo afastar essas práticas e os próprios indígenas do espaço civilizado que se estava construindo.

Ainda no código de posturas podemos observar que havia uma preocupação com os leitões dos riachos e igarapés pertencentes à cidade. No artigo 62 ficava proibido “revolver lama, deitar pedras, vidros, lixo” ou qualquer outro tipo de material ou substância que prejudicasse a

---

<sup>21</sup> ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 154.

corrente dessas águas ou a pureza das mesmas. As águas usadas voltam a ser assunto no artigo 66, onde se reitera que qualquer um que fosse encontrado despejando entulhos ou obstruindo com a feitura de cercas os igarapés que cortavam a cidade de Manaus – sendo eles: os igarapés da Cachoeira Grande, Manaus, Remédios, Espírito Santo, São Vicente, Cachoeirinha e Bittencourt – seriam multados em trinta mil contos de réis ou seis dias de prisão, e em caso de reincidência, se faria o dobro.<sup>22</sup> Apesar dessa preocupação em não obstruir o fluxo dos igarapés, que faziam parte importante e integrante do espaço físico de Manaus, havia um plano de aterramento de alguns, como veremos mais adiante.

Quando falamos de modernização, embelezamento e normatização do espaço urbano e dos corpos que circulam nele significa também falar do papel da ciência nessa dinâmica, que, forjado durante o século XIX “tornou-se um símbolo sagrado no vocabulário ocidental, tanto acadêmico quanto popular”. Assim, “a reverência com que até muito recentemente era tratado o cientista é produto do século XIX”.<sup>23</sup> Ou seja, o relatório aqui analisado e anexado à fala do ex-governador servia pra legitimar, por meio do discurso científico tão reverenciado, a investida em um programa higienista para Manaus.

O relatório apresentado pelo inspetor interino de higiene do Estado, o senhor Dr. Henrique Alvares Pereira, já começa o texto desculpando-se pelo descuido quanto à higiene e o bem-estar social e individual que a população do estado do Amazonas não desfrutava, demonstrando aqui que havia um consenso, entre a população, governador e técnico, de que Manaus não passava por seu melhor momento no que tange à salubridade pública. Ou seja, era necessário que houvesse intervenções nos espaços para a melhoria da qualidade de vida de todos.

No capítulo I, o inspetor elenca cinco artigos que precisavam ser resolvidos com urgência para garantir o bem estar público e a saúde da população. O primeiro diz respeito ao saneamento do solo, esgotos, águas pluviais e abastecimento de água. Aqui, é destacada a importância do solo para o bem-estar sanitário da cidade já que a mesma não possuía uma rede de esgoto, ocasionando o despejo de resíduos e detritos orgânicos em plena rua. Diante dessa

---

<sup>22</sup> Importante destacar que essas preocupações em torno dos igarapés da cidade já vinham se apresentando antes. Nesse sentido, em 1892, o governador Eduardo Ribeiro na lei nº 12 do dia primeiro de outubro mandou aterrar os igarapés dos bairros São Vicente, Espírito Santo e o da praça 5 de setembro. Os referidos igarapés deveriam sofrer o aterro mediante os preceitos modernos da ciência, ficando as obras na seguinte ordem: “1º o da praça 5 de setembro até o caes da Alfandega; 2º o do Espírito Santo, a começar das imediações do quartel de Segurança Publica, até a ponte de ferro; 3º o de S. Vicente, a começar da Praça Uruguayana até a enfermaria militar”.

<sup>23</sup> ROCHA, Amara Silva de Souza. *A Sedução da Luz: O Imaginário em torno da eletrificação do Rio de Janeiro – 1892-1914*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1997. p. 17.

problemática recomendava-se a drenagem do solo, arborização sistemática das praças, calçamentos regulares, lavagens das ruas e aterros de igarapés. Para justificar o uso dessas medidas o inspetor destaca em seu relatório o exemplo de cidades em que elas tinham sido aplicadas, como na Alemanha e Inglaterra, e que os resultados teriam sido positivos e os proveitos para à higiene pública eram magníficos. A Europa era o parâmetro, e Manaus deveria se aproximar de lá.

No segundo artigo Henrique Alvares Pereira trata da questão da remoção e destruição de lixo e da limpeza pública. Como pudemos ver logo no início do artigo, essa era uma das queixas mais comuns: quanto ao asseio da capital do Amazonas e que aqui é novamente enfatizado como um dos maiores problemas. De acordo com o inspetor, o acúmulo de detritos provocava a fermentação, o que poderia causar o “desenvolvimento de agente pathogenicos”. Ele ainda destaca que isso ainda se agravava tendo o vista o clima quente e úmido a que estavam sujeitos naquela região. Para a diminuição dos prejuízos, era recomendado que os proprietários de prédios construíssem, na calçada de seus edifícios, um depósito impermeável capaz de absorver os líquidos pútridos, evitando, assim, exalar qualquer mal cheiro em pleno ar. Recomendava também a coleta dos lixos e, como complementação, a incineração dos mesmos em lugares distantes da cidade.

A higiene pública pautava também as questões em torno da saúde e das doenças que acometiam a cidade de Manaus. “Vaccinação e revaccinação” eram as preocupações do artigo terceiro do relatório. Ao destacar a importância da descoberta da vacinação para o combate de várias doenças, como, por exemplo, a varíola, fica explícito que o desejo daquela inspetoria era de propagar o ato da vacinação, mas ainda encontravam como obstáculo a população que, segundo ele, via a vacinação com “frio indiferentismo”. Mais à frente queixa-se o inspetor: “Há mais de um mez esta repartição annuncia a vaccinação, e nos pontos destinados aquelle serviço ninguém comparece! É triste, é digno de lamentação semelhante indifferentismo”.<sup>24</sup>

É oportuno dizer que parece realmente ter havido uma política de vacinação bastante enfática na cidade de Manaus. Um anúncio intitulado “Vaccina” publicado no *Diário de Manáos*, de 24 de janeiro de 1892, nos faz saber que na Repartição de Hygiene haveria vacinação nas terças e quintas das 9 às 11 horas da manhã. Ainda na nota era chamada a atenção

---

<sup>24</sup> Relatório apresentado pelo inspetor interino de higiene do Estado, o senhor Dr. Henrique Alvares anexado a Mensagem de Governador apresentada por Eduardo Gonçalves Ribeiro em 10 de julho de 1893. p. 72.

da população “para este poderoso recurso prophylatico contra a terrível varíola” essa publicação se repetiu algumas outras vezes durante o ano de 1892.

Além da preocupação em vacinar os habitantes da cidade contra a varíola, havia outra preocupação, o beribéri. O jornal *Diário de Manaós* denunciava o crescimento dessa enfermidade e a grande quantidade de óbitos oriundos da falta de tratamento. Segundo eles, um dos motivos, ou o motivo pelo qual o beribéri se alastrava, era porque a falta de higiene era algo de que sofria toda a cidade. A falta de asseio é sempre pauta nessas denúncias, o que significava ter as ruas da cidade: “cheias sempre de toda a espécie de lixo, aguas pútridas, animaes mortos e até sobras de cosinhas”; para agravar ainda mais a situação o clima chuvoso deixava tudo ainda mais dificultoso e possibilitava o aumento de doenças.<sup>25</sup>

Apesar de não ser uma preocupação desse artigo, é importante destacar que a doença, para além de seu caráter patológico, estava ligada à higiene dos espaços públicos, o que indica que era necessário também ir em direção à limpeza desses ambientes e, claro, garantir o extermínio das enfermidades dos corpos, principalmente dos pobres. Diego Armus enfatiza que essas enfermidades devem ser vistas pelos historiadores como:

“una oportunidad para desarrollar y legitimar políticas públicas, facilitar y justificar la creación y el uso de ciertas tecnologías y desarrollos institucionales, canalizar ansiedades sociales de todo tipo, descubrir aspectos de las identidades individuales y colectivas, sancionar valores culturales y estructurar la interacción entre enfermos y proveedores de atención a la salud.”<sup>26</sup>

Assim, destacar a preocupação dos governantes em eliminar doenças como a varíola e o beribéri nos mostram como a concepção de uma cidade moderna e urbanizada estava estreitamente ligada ao desenvolvimento do sanitarismo e da medicina. Entendemos aqui a doença como uma ferramenta para legitimar as políticas públicas de modernização e embelezamento de Manaus. Ou seja, manter a cidade limpa conseqüentemente a deixaria bonita e longe de enfermidades.

---

<sup>25</sup> Jornal *Diário de Manaós*, Manaus, nº 122, 18 de março de 1893.

<sup>26</sup> ARMUS, Diego. *La Ciudad Impura: Salud, Tuberculosis Y Cultura En Buenos Aires, 1870-1950*. Buenos Aires:Edhasa, 2007. p. 17. “Uma oportunidade para desenvolver e legitimar políticas públicas, facilitar e justificar a criação e o uso de certas tecnologias e desenvolvimentos institucionais, canalizar ansiedades sociais de todo tipo, descobrir aspectos das identidades individuais e coletivas, sancionar valores culturais e estruturar a interação entre doentes e provedores de atenção a saúde”. [Tradução nossa]

O artigo IV tratava das “Habitações especialmente as classes proletárias”. Nessa parte do relatório havia a preocupação de evitar que cortiços fossem edificados na cidade de Manaus, o que vai ao encontro de medidas tomadas em várias outras cidades brasileiras, como o famoso caso do Rio de Janeiro. Segundo o Inspetor de Higiene, “as classes pobres, o mundo dos proletários, são, por força de circunstancia obrigados a vegetar encovados n’esses alvéolos húmidos e lóbregos, sem ar, sem luz e abandonados a uma especulação torpe”.<sup>27</sup> Para justificar tal proposta o inspetor usa como exemplo a tão conhecida medida do corpo sanitário do Rio de Janeiro que acabou com o famoso cortiço *Cabeça de Porco*. Salienta ainda que, apesar disso acontecer na capital federal, em Manaus, “bem poucas são as ruas em que não existe um cortiço!”.<sup>28</sup> Assim, aquela repartição recomendava a “extinção de taes espeluncas em nome da civilização e da saúde publica”.<sup>29</sup> Aqui fica evidente que havia uma circulação de ideias do que deveria ser uma cidade brasileira durante a *Belle Epoque*.

A reclamação feita contra os cortiços era recorrente nas cidades brasileiras do período aqui analisado. Sem dúvidas essas construções e o modo de vida das pessoas que as habitavam não se adequavam ao novo modo de vida importado da Europa. O jornal *A Federação* de 24 de março de 1899, por exemplo, reivindicava o fechamento de um cortiço localizado na Rua Joaquim Sarmiento, centro de Manaus, tendo em vista que os escândalos ali aumentavam e não iam de acordo com um lugar em que vivia uma vizinhança respeitável e de distintas famílias. O cortiço, enfim, promovia um espetáculo “do mais revoltante desprezo pelo decoro publico”.<sup>30</sup>

Essas reclamações da área de higiene pública quanto aos cortiços foram recorrentes durante toda a década de 1890. Várias são as publicações no *Diario Official do Amazonas* solicitando que os cortiços, muitos deles identificados por numerações, fossem demolidos; que fosse feito concreto conveniente e, principalmente, que o asseio (pintura, limpeza da área interna e externa) fosse feito pelo proprietário, já que muitas dessas denúncias diziam que esses cortiços não serviam como moradias. As discussões em torno das moradias nos levam a possíveis respostas para as questões levantadas no início deste artigo: O processo de urbanização de Manaus estava atendendo às demandas de quem? De certo, não da classe trabalhadora da cidade, mas sim de sua classe dirigente e elite que enriquecia com a borracha.

---

<sup>27</sup> Relatório apresentado pelo inspetor interino de higiene do Estado, o senhor Dr. Henrique Alvares anexado a Mensagem de Governador apresentada por Eduardo Gonçalves Ribeiro em 10 de julho de 1893 p. 73.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>30</sup> *Jornal A Federação*, Manaus, 24 de março de 1899.

Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em seu importante livro *Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*, salienta que nesse processo de urbanização que acontece em Manaus na virada do século XIX para o XX estava em curso uma “divisão pautada em critérios econômicos”, o que significa dizer que a cidade não estava preparada para receber um contingente significativo de pessoas no perímetro urbano, muito por conta das migrações ocorridas nesse período, seja de nordestinos ou estrangeiros – que se instalavam nos inúmeros cortiços existentes na cidade.<sup>31</sup> Como bem nos diz Sidney Chalhoub, “os cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade”.<sup>32</sup>

Finalmente, no quinto artigo é tratada a “Remoção do Hospital de Caridade, arrasamento do cemitério de S. José, construção de hospitaes para loucos e leprosos”. Aqui, era recomendado que, no lugar do cemitério S. José<sup>33</sup>, fechado havia mais de dois anos, fosse construído um jardim, pois julgavam inconveniente um cemitério estar naquela localidade. Para além disso, recomendava-se a realocação do Hospital da Caridade porque “com o aumento da cidade vae o Hospital cada vez mais se approximando do coração da população”. Ainda nesse sentido é recomendada a criação de um hospital para alienados<sup>34</sup> e outro para elephantiacos.<sup>35</sup> Se havia a ideia de uma cidade higiênica, era imprescindível fossem afastados os que não se encaixavam, no caso, doentes mentais e portadores de elefantíase.

A modernização da cidade não se fez apenas das grandes construções como sempre se destaca quando falamos nesse processo por que passaram as cidades no final do século XIX, mas também dos corpos indesejados que deveriam sair de seu espaço urbano. Nesse sentido, a preocupação dos administradores da cidade de Manaus, claro, amparados pela ciência, era de exterminar enfermidades que assolavam a população. Isso nos indica uma preocupação de normatização para além dos espaços físicos. Ou seja, pensar a modernização da cidade de Manaus nesse momento implica considerar que esse processo também estava ligado a uma

---

<sup>31</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. p. 66

<sup>32</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. – São Paulo : Companhia das Letras, 1996. p. 31

<sup>33</sup> Atualmente Praça 5 de setembro, mais conhecida como praça da Saudade, localizada no centro da cidade de Manaus.

<sup>34</sup> Fundado em 1894, a instituição para alienados recebeu vários nomes ao longo de sua existência como Colônia de Alienados, Asilo de Alienados, Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Sendo um dos desdobramentos do processo de urbanização de Manaus, tinha como objetivo internar indivíduos que não deveriam circular pelos espaços públicos da cidade.

<sup>35</sup> Filariose, doença parasitária, popularmente chamada de elefantíase em referência ao inchaço e adensamento das pernas do enfermo.

política higienista, que consistia em afastar corpos doentes ou curá-los ou em eliminar um passado ligado ao aspecto indígena, ligado à natureza, e em manter a salubridade em perfeito estado.

### **A cidade moderna**

Eduardo Ribeiro tinha um plano de embelezamento da cidade de Manaus, não há como negar. Ele reconhecia que havia muita coisa a se fazer “para seu bem estar e progressivo desenvolvimento”. Segundo ele, naquela ocasião, havia muitas obras e serviços de utilidade pública acontecendo em Manaus, e dentre elas destaca as obras destinadas a corrigir o relevo do solo, afim de tornar possível a implementação dos bondes elétricos, ao que conferia caráter de urgência. De acordo com o governador, uma linha circular de bondes viria “fomentar a edificação, localizando grande numero de pessoas nos bellos arrabaldes da cidade” para ele era “evidente o poderoso influxo que exercerá a viação urbana rapida, commoda e barata”.<sup>36</sup>

Já em 1894, é formalizada a implementação de bondes elétricos pela lei número 79 de 22 de setembro. Nela, o Congresso dos Representantes do Estado do Amazonas autorizava o Governo do Estado a contratar, por meio de concorrência pública, a construção na cidade e em seus subúrbios de linhas de bondes de tração animal ou elétrica, afim de atender locomoção pública. Interessante pontuar sobre isso que fica bem explícita a preocupação em levar o aspecto modernizante em voga para além do centro da cidade de Manaus, com o fim, acreditamos, de facilitar a locomoção da mão-de-obra operária que morava nos subúrbios, bairros distantes que se configuravam como moradia mais barata.

Diante desse plano de embelezamento, várias eram as obras já em curso e sendo planejadas no momento em que a mensagem aqui analisada foi proferida. Ribeiro, em suas palavras, nos faz saber sobre a projeção das pontes sobre os igarapés de Manaus, Bittencourt e Cachoeirinha, esta última já em construção naquela ocasião. Para o igarapé do Espírito-Santo era planejado seu aterro, além do embelezamento da área, possibilitando que o “serviço do commercio” fizesse facilmente o movimento de mercadorias e o embarque e desembarque de passageiros. Quanto às praças 5 de Setembro e 15 de Novembro, também configuravam preocupações em torno de como se daria seu embelezamento. As ruas e avenidas de Manaus sofreram modificações significativas a respeito disso, Ribeiro nos faz saber sobre o trânsito na

---

<sup>36</sup> Mensagem de Governador apresentada por Eduardo Gonçalves Ribeiro em 10 de julho de 1893.



rua Comendador Clementino, onde, segundo ele, vários terrenos haviam sido desapropriados, alargando-a em 30 metros e assim “transformando-a em uma avenida de bello aspecto”.

Estava no plano, claro, a construção de um Teatro na Praça de São Sebastião, que naquela data já estava com as obras em andamento e as decorações encomendadas. Segundo ele, esse edifício teria “uma fachada luxuosa, lotação para mil pessoas e todos os melhoramentos mais modernos” nessa passagem, refere-se ao atual Teatro Amazonas. Importante salientar que o plano para a construção de um teatro na capital do Amazonas já vinha sendo discutido há várias décadas, sendo que na década de 1880 é iniciado o processo de construção com o lançamento da pedra fundamental em 14 de fevereiro de 1884. Tendo em vista vários problemas enfrentados pelas administrações, a obra foi interrompida até voltar a ser pensada no governo de Eduardo Ribeiro, a partir de 1892. Por fim, teve sua inauguração no dia 31 de novembro de 1896.

Fica bem evidente nessas poucas linhas que o progresso do estado do Amazonas e, principalmente de sua capital, estava estreitamente ligado a um processo condicionado ao ordenamento de seu espaço público. Os rumos que tomam as construções e intervenções urbanas nos mostram a preocupação em romper com uma relação há muito tempo tensa entre o moderno e atrasado, este último, pensado em relação ao seu passado – e porque não presente, naquele momento – indígena. Essas iniciativas nos dão norte para entender as alterações da relação com a cidade. Assim, “a cidade conquistada deve enunciar a efetiva possibilidade de civilização em tão remota paragem: homens “civilizados” vivendo numa cidade subtraída à selva circundante [...]”.<sup>37</sup>

As contratações e construções não paravam por aí: naquele ano, havia sido contratado o serviço de iluminação pública por meio da eletricidade e o calçamento de paralelepípedos de granito para os trechos compreendidos entre as Praças da Republica e do Rio Branco. Quanto à eletrificação, nós a entendemos como um elemento simbólico incorporado “de um imaginário fascinado pela ciência e pelo seu “ilimitado” poder”. Assim, a luz estaria simbolicamente “associada ao progresso e civilização, que foram fundamentais à sua configuração como mercadoria emblemática da *belle époque*”.<sup>38</sup> A luz elétrica configurou-se como um componente importante pra o processo de “modernização” do espaço público de Manaus na virada do século,

---

<sup>37</sup> DAOU, Ana Maria. *Cidade, teatro e o “Paiz das seringueiras”*: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. – Rio de Janeiro: Rio Book’s, 2014. p. 123.

<sup>38</sup> ROCHA, Amara Silva de Souza. *A Sedução da Luz: O Imaginário em torno da eletrificação do Rio de Janeiro – 1892-1914*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1997. p. 18.

fato que se consolidou na memória da cidade como motivo de orgulho por ter sido uma das primeiras cidades a receber a luz elétrica.

Interessante observar na mensagem a preocupação de Eduardo Ribeiro não apenas com a edificação de obras para o embelezamento da cidade. De acordo com ele, era necessário crédito, para o que chama de “edifícios apropriados”, que seriam: um hospital de caridade e um hospício para o tratamento de alienados. Isso nos mostra uma preocupação com a saúde pública do Estado, seja para dar condições de atendimento médico para os doentes, seja para retirar das ruas e do convívio social as pessoas que não se encaixavam naquele projeto, ou que tinham algum problema psicológico.

Ainda sobre o aspecto da saúde pública há uma preocupação com o abastecimento de água potável na cidade. A preocupação se dava no sentido de que a água não faltasse nos períodos de seca do Rio Negro, já que durante o período de baixa no nível da água os equipamentos não funcionavam apropriadamente. Ainda preocupado com a questão da água, Ribeiro tinha como plano instalar hidrômetros nas casas particulares afim de evitar o desperdício, fato que, segundo ele, causava “grande prejuízo da população em geral”.<sup>39</sup>

As normas não se limitavam à higiene e salubridade da cidade, como já pudemos perceber. O documento ainda avança proibindo fixar cartazes em postes e muros da cidade, como nos casos dos pasquins e/ou escritos imorais em qualquer edifício da cidade. Ficava nesse documento proibido também, nas ruas, praças e estradas gritar, “pronunciar palavras obscenas, fazer alarido, vozerias, assuadas e correrias”, a menos que fossem para pedir socorro ou afim de capturar algum criminoso. Com muitas variando em função do horário da ocorrência da infração.

Essas ofensas à moral pública consistiam ainda na proibição de “andar seminu ou indecentemente” pelas ruas, praças e estradas da cidade, como bem salienta o artigo 122 do código de posturas. Era necessário também que os banhos de dia nos igarapés e litoral da cidade ou em qualquer outro lugar público fossem feitos com a pessoa vestida com roupas que não ofendessem a moral pública. Os banhos nos igarapés eram uma prática comum em Manaus naquela época, e embora não fosse proibido, normatizá-lo obrigando as pessoas a fazê-los com

---

<sup>39</sup> Sobre o abastecimento de água, Eduardo Ribeiro ainda previa a construção de um segundo reservatório de distribuição de água (o reservatório do Mocó) que ficaria responsável por suprir a necessidade do novo bairro, o da Cachoeirinha.

roupas, implicava uma tentativa de acabar com uma prática visualizada como bárbara e não civilizada.<sup>40</sup>

Para finalizar, o artigo 116 do código de posturas dizia: “Aquele que praticar atos imorais em qualquer lugar público será multado em 20\$000 mil réis ou quatro dias de prisão”. Aqui identificamos que normatizar a cidade também implicava normatizar corpos, ou seja, a disciplina imposta aos corpos seja com que roupas vestir, ou em que horários poderiam transitar pelas ruas, reflete os valores sociais e culturais de determinada sociedade, em determinada época.

Os próximos capítulos e artigos do código de postura de 1893 vão traçando normas para a circulação de carros e carroças, como também sobre a circulação de animais no perímetro urbano. Terminando com as disposições gerais, são apresentada as normas que dizem respeito aos igarapés e aos seres vivos que ali viviam, significando que eram proibidas tapagens nos lagos, igarapés e paraná-mirins para a pesca de peixe-boi, pirarucu e tartarugas, ou que a prática da pesca espinhel ficava proibida em qualquer parte do município.

Percebemos que algumas práticas cotidianas na Manaus do final do século XIX tinham a preocupação de intervir no meio ambiente em que as populações pobres viviam, o que significou impor regras de civilidade para o pobre, considerado um ser menos racional, impor-lhes a noção de disciplina. Assim, essa imposição disciplinar “expressou-se na intenção de limpar as ruas da cidade dessa massa de trabalhadores e vagabundos, uma eterna ameaça às instituições políticas, conduzindo-os para dentro das casas padronizadas, construídas nos subúrbios.”<sup>41</sup>

A modernização que se almejava significava normatizar, além do espaço físico da cidade, os corpos, e estabelecer divisão entre civilizados e não civilizados.

## Considerações Finais

A cidade tratada aqui, como protagonista, nos mostra a complexidade que constitui a formação de uma sociedade e de seu espaço de vivências e convivência. Ao propormos essa discussão, tínhamos em mente mostrar a importância das especificidades que o processo de modernização, que acontecia em várias partes do mundo, ganhou na cidade de Manaus.

---

<sup>40</sup> Ver mais sobre isso em: BRAGA, Bruno Miranda. *Manaós uma aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres indígenas na Belle Epoque Baré – 1845-1910*. Dissertação de Mestrado, UFAM. 2016.

<sup>41</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A. e GOMES, M. A. A. de F. (Orgs.). *Cidade e História. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA-FAU, Anpur, 1992. p. 17.

Nesse processo, acabamos nos deparando com um projeto de normatização do espaço urbano de Manaus que se dava em três aspectos: o controle dos corpos físicos da população, o que significava vaciná-las e evitar que esses corpos circulassem por certos espaços da cidade em determinados horários e vestindo determinadas roupas; o controle das habitações, o que determinava que as moradias e o espaço em seu entorno deveriam obedecer as regras de normatização, que se não fossem respeitadas, culminariam em multas e até mesmo em prisão e, claro, na limpeza das mesmas; por último havia a preocupação com os espaços públicos, o que significava que dejetos não poderiam ser descartados nas ruas, os lixos deveriam ser colocados para serem coletados em horários pré-estabelecidos, a presença de animais era proibida.

Isso nos demonstrou, em um primeiro momento, que os corpos que eles pretendiam controlar eram dos trabalhadores urbanos e, claro, dos indígenas ou dos caboclos, que viviam, de certa maneira, costumes específicos do espaço amazônico, seja através da proibição de pessoas tomando banho sem roupas nos igarapés, seja na proibição da construção de casas de palha. Ou seja, para alcançar o ideal de modernidade e de belo, era preciso afastar um passado indígena, incluindo afastá-los do espaço urbano que se construía.

Além disso, observamos que o processo de modernização da cidade de Manaus não estava restrito ao centro da cidade e, muito menos, objetivava apenas a construção de grandes obras. Estava estreitamente ligado ao processo de higienização do espaço público, pressupondo que as ruas precisavam estar limpas, as construções precisavam ser normatizadas, a circulação de pessoas e de seus animais nesses espaços também precisava receber normas. Isso significava se afastar de doenças que, em tese, eram oriundas da precarização da higiene.

A modernidade seduzia. Ao longo do século XIX observou-se um fetiche em torno dos conhecimentos científicos, o que significou reordenar a cidade afim de criar uma simbologia em torno de uma sociedade civilizada. Ou seja, a urbanização das cidades se configurava como um dos componentes dessa cultura da modernidade, dividida em civilizados e não civilizados.

### **Referências bibliográficas**

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ARMUS, Diego. *La Ciudad Impura: Salud, Tuberculosis y Cultura em Buenos Aires, 1870-1950*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A. e GOMES, M. A. A. de F. (Orgs.). *Cidade e História. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA-FAU, Anpuh, 1992. .

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços E Epidemias Na Corte Imperial*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, Geraldo Martires. Na Belém da Belle Epoque da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. *Revista Escritos*, Ano 5, nº5. 2011

DYL, Joanna L. The War on Rats versus the right to keep chicken: Plague and the paving of São Francisco, 1907-1908. In: ISENBERG, Andrew C (org). *The Nature of Cities: Culture, Landscape and Urban Space*. University of Rochester Press, Rochester, NY, USA, 2006.

GREEN, James Naylor. Os prazeres nos parques do Rio de Janeiro na *belle époque* brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Unesp, 1999

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. S. Paulo: Centauro, 2001.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. Tese de Doutorado em História apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude e Modernidade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 1990.

MUMFORD, Lewis. *A Cultural das Cidades*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. 3. Ed. Manaus: FUA, 2015.

ROCHA, Amara Silva de Souza. *A Sedução da Luz: O Imaginário em torno da eletrificação do Rio de Janeiro – 1892-1914*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1997.

SAMPAIO, Patricia. (org). *Catálogo de Códigos de Postura Municipais de Manaus (1838-2002)*. Manaus. 2011. FAPEAM

SENNET, Richard. O Medo do Contato e Corpos em Movimento. In: \_\_\_\_\_. *A carne e a pedra*, pp. 180-234. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.